REPÚBLICA PORTUGUESA

XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Orçamento do Estado 2026

Nota Explicativa

Ministério da Agricultura e Mar

Índice

Visão Estratégica 3
Objetivos para 2026 e impacto positivo 6
Entidades da Administração Pública abrangidas 10
Custo das Medidas e fontes de financiamento 16
Observações 22
Anexos 24

Visão Estratégica

O XXV Governo Constitucional manteve o seu esforço de simplificação e redução do Orçamento do Estado, expurgando-o de normas sem conteúdo orçamental, e que, como tal, não estavam abrangidas pelo princípio da anualidade. O Orçamento do Estado deve ser apenas um instrumento, que permita ao Governo implementar o seu Programa de Governo.

Nesse sentido, o Orçamento do Estado para 2026 dá continuidade à agenda transformadora iniciada em abril de 2024 com a tomada de posse do XXIV Governo e reforçada com o início de funções do XXV Governo, em junho de 2025. Como refere o programa do Governo: «Iniciou-se, há um ano, um novo ciclo político em Portugal. Um ciclo assente na recusa da inércia. Num mandato curto e intenso, iniciou-se a transformação estrutural do Estado e da economia, mudaram-se políticas públicas e práticas governativas, reconstruiu-se a confiança e valorizaram-se as famílias, as empresas, as instituições sociais e o trabalho.»

A Agenda Transformadora do Governo assenta, assim, em dez eixos principais:

I. Uma política de rendimentos que valoriza o trabalho e a poupança, o mérito e a Justiça Social;
II. Reforma do Estado e guerra à burocracia: descomplicar a vida dos cidadãos e das empresas;
III. Criar riqueza, acelerar a economia e aumentar o valor acrescentado;
IV. Imigração regulada e humanista;
V. Serviços essenciais a funcionar para todos e com qualidade, com complementaridade entre oferta pública, privada e social;
VI. Segurança mais próxima, justiça mais rápida e combate à corrupção;
VII. Construir Portugal: mobilização de todos para ultrapassar a crise da habitação;
VIII. Novas infraestruturas que projetam o País;
IX. Água que Une: salvaguardar o futuro;
X. Plano de reforço estratégico de investimento em defesa.

O Orçamento do Estado para 2026 (OE2026) traduz a reafirmação do esforço do Governo na transformação da economia portuguesa, criando condições mais favoráveis para o investimento e a criação de riqueza, com maiores níveis de produtividade e de crescimento económico. Só com crescimento económico e criação de riqueza é possível melhorar os salários, para o que igualmente contribui uma carga fiscal menor, e ter os recursos para melhorar os serviços públicos, reforçar as prestações sociais e aumentar o investimento público.

O OE2026 também continua a ação, desenvolvida desde abril de 2024, de valorização dos serviços públicos, melhorando áreas fundamentais na vida das pessoas, como a saúde, a educação, a segurança, a mobilidade e a justiça. Mantém-se igualmente uma aposta fundamental na redução da burocracia, na simplificação administrativa e na reestruturação orgânica dos Ministérios. E prossegue-se o caminho que tem vindo a ser realizado desde abril de 2024 na valorização de carreiras na Administração Pública.

Tudo isto num contexto de responsabilidade orçamental. Portugal apresentou, em 2024, um superavit de 0,5% do produto interno bruto (PIB), tendo o Governo a estimativa de um superavit de 0,3% do PIB em 2025

e a previsão de um superavit de 0,1% do PIB em 2026. Estes saldos orçamentais, assentes num crescimento económico robusto, permitem reduzir substancialmente a dívida pública (de 93,6% do PIB em 2024 para 87,8% do PIB em 2026). Num contexto em que a economia portuguesa está num ciclo ascendente de crescimento e emprego, é fundamental manter o equilíbrio das contas públicas, o que permitirá continuar uma trajetória de redução sustentada da dívida pública e proteger o País de choques assimétricos externos.

A agricultura, o mar e as pescas e as florestas de Portugal são mais do que um setor económico: são uma expressão da identidade coletiva, das tradições e da história nacionais, constituindo um eixo estratégico fundamental para o futuro do País. O Governo reconhece os desafios que o setor enfrenta e assume o compromisso de os transformar em oportunidades, através de uma visão estratégica assente na modernização, inovação e sustentabilidade, promotora da competitividade e da coesão territorial.

A modernização do setor agrícola é uma prioridade, traduzida na eficiência administrativa, simplificação de processos e digitalização dos serviços públicos, permitindo aos agricultores concentrarem-se na sua missão essencial: produzir alimentos de qualidade, seguros e sustentáveis. Este esforço é também uma aposta no reforço das qualificações e competências dos trabalhadores, condição essencial para a inovação e a valorização do mundo rural.

A renovação geracional é outro eixo crítico desta estratégia. Num contexto em que a idade média dos agricultores ultrapassa os 64 anos, o Governo reforça, no OE2026, os apoios à instalação de jovens agricultores, ao investimento produtivo, à formação técnica e profissional e ao empreendedorismo jovem, assegurando a vitalidade económica e social das zonas rurais.

A Estratégia Nacional «Água que Une» reforçará a resiliência do País face à escassez e volatilidade hídrica, através do investimento em infraestruturas de armazenamento, captação e distribuição eficientes, essenciais à sustentabilidade da produção agrícola e à gestão integrada dos recursos naturais.

No plano económico, o Governo assume como prioridade o reforço da produção nacional e a internacionalização do setor agroalimentar, essenciais para reduzir o défice da balança comercial do complexo agroalimentar.

Neste contexto, o Ministério da Agricultura e Mar definiu como prioridade a apresentação de um Plano para as Cooperativas, estruturado em articulação com os Ministérios da Economia e Coesão Territorial e do Ambiente e Energia, com as CCDR e com o Banco Português de Fomento. Este Plano integra quatro programas de intervenção — Capacitação e consolidação, Modernização e ampliação, Sustentabilidade energética e Acesso a crédito — que visam reforçar a competitividade e a resiliência do setor cooperativo, através de apoios dedicados à formação, às fusões e uniões de cooperativas, à modernização e requalificação das infraestruturas, à eficiência energética e ao acesso a linhas de crédito garantidas.

O Orçamento do Estado para 2026 traduz este compromisso através do apoio à competitividade das empresas agrícolas e agroalimentares, promovendo o aumento da presença de produtos portugueses nos mercados globais. Apostar na eliminação de barreiras à exportação, na promoção internacional e no reforço da confiança dos consumidores, valorizando os produtos nacionais de excelência.

Através dos regimes de qualidade — Indicação Geográfica Protegida (IGP) e Denominação de Origem Protegida (DOP) —, continuará a promover a autenticidade, a sustentabilidade e a reputação internacional dos produtos portugueses.

O mar, por sua vez, é um ativo estratégico de Portugal, de valor económico, ambiental e geopolítico, mas também um símbolo do nosso futuro. No quadro do OE2026, a economia azul é uma prioridade, integrando medidas que reforçam a sustentabilidade das pescas, o equilíbrio entre exploração e conservação dos ecossistemas marinhos e a valorização das fileiras do mar e das pescas.

O Governo prossegue igualmente o objetivo de uma gestão integrada do espaço marítimo, assegurando a harmonização das políticas públicas e a proteção do meio ambiente marinho. Este esforço abrange a criação de áreas marinhas protegidas, a modernização da frota pesqueira, a melhoria da segurança marítima e a valorização dos portos de pesca e do turismo costeiro e marítimo.

No domínio da soberania, destaca-se o processo de extensão da plataforma continental, um objetivo estratégico e prioritário para Portugal, que reforçará a presença e a autoridade do País no espaço atlântico, consolidando a sua posição como nação marítima por excelência.

A sustentabilidade ambiental é um pilar estratégico da ação do Governo. A agricultura, o mar, as pescas e as florestas devem ser vistos como aliados na transição climática, promovendo práticas produtivas mais eficientes, resilientes e amigas do ambiente. O Orçamento do Estado para 2026 reforça este compromisso, apoiando a agricultura de precisão, a digitalização dos processos produtivos e o uso de tecnologias limpas que reduzam o impacto ambiental e aumentem a competitividade.

Os setores agroflorestal, do mar e das pescas são reconhecidos pelo seu papel essencial na biodiversidade, no equilíbrio dos ecossistemas e na mitigação das alterações climáticas. O Governo promove uma gestão florestal ativa e sustentável, que valorize os recursos naturais, contribua para a prevenção de incêndios e fortaleça o ordenamento e a resiliência do território. Neste quadro, será implementado um Programa de Apoio à Pastorícia Extensiva para Redução da Carga Combustível, com 30 milhões de euros anuais inscritos no Fundo Ambiental, destinado a apoiar diretamente o rendimento e o investimento dos pastores em zonas de elevado risco de incêndio que contribuem decisivamente para a prevenção dos incêndios rurais.

Simultaneamente, procura-se aumentar a competitividade do setor, com mais inovação, qualificação e instrumentos de apoio eficazes. O Plano de Intervenção para a Floresta 2025–2050 — «Florestas 2050: Futuro + Verde» concretiza esta visão através de 19 medidas e 154 ações estratégicas, promovendo investimento, valorização económica e preservação ambiental.

A coesão territorial é um objetivo transversal. A agricultura e as florestas são motores de emprego, fixação de populações e desenvolvimento equilibrado das zonas rurais. O Governo aposta em transformar o setor agroflorestal num vetor de revitalização rural, estimulando o investimento, a inovação e o empreendedorismo local. Com orgulho na tradição e ambição para o futuro, o Governo reafirma que a agricultura, o mar, as pescas e as florestas são pilares centrais do desenvolvimento económico, social e ambiental de Portugal. O Orçamento do Estado para 2026 garante os meios necessários para que este seja um setor competitivo, sustentável, inovador e gerador de oportunidades, posicionando Portugal como referência europeia e global na gestão responsável dos seus recursos naturais.

Objetivos para 2026 e impacto positivo

A introdução da Orçamentação por Programas, prevista na Lei de Enquadramento Orçamental, representa um novo paradigma de gestão pública em Portugal.

Ao orçamento de 1687M€ são somados os recursos extraorçamentais (pagamentos diretos financiados a 100% por fundos europeus), com uma execução prevista de 716M€ em 2026, e que reforçam os apoios aos produtores agrícolas

A visão estratégica sectorial centra-se na modernização do setor agrícola, na gestão sustentável dos recursos naturais e florestais e na valorização da economia do mar e das pescas. As prioridades incluem o reforço do rendimento e estabilidade dos agricultores, a renovação geracional e o empreendedorismo jovem, a resiliência florestal e territorial, e a promoção da sustentabilidade ambiental e económica das atividades do mar. Esta estratégia visa garantir um setor competitivo, inovador e sustentável, contribuindo para a coesão territorial e para o posicionamento de Portugal como referência europeia nas áreas agrícola, florestal e marítima.

A análise da Orçamentação por Programas permite evidenciar a estrutura estratégica e a alocação de recursos da Missão "Agricultura e Mar" (MBO), assegurando maior coerência entre políticas públicas, objetivos e financiamento.

O orçamento total da Missão é distribuído por cinco Programas (P1 a P5), que operacionalizam as prioridades do Governo nos domínios da Agricultura, Florestas e Recursos Naturais, Desenvolvimento Rural e Inovação, Mar e Pescas, e Planeamento e Suporte à Ação Governativa.

UNIDADE: M€

Programa		Valor proposto
P020	**TOTAL**	**1687**
P1	Agricultura	963
P2	Florestas e recursos naturais	251
P3	Desenvolvimento rural e inovação	259
P4	Mar e pescas	161
P5	Suporte à atividade da MBO	53

O objetivo do Governo é desenvolver o setor que integra a agricultura, o mar, as pescas e as florestas, consolidando-o como pilar central do progresso económico, social e ambiental do País. Este objetivo estratégico da Missão "Agricultura e Mar" (MBO) reflete o compromisso do Governo em honrar o passado, responder aos desafios do presente e preparar o futuro, através de políticas públicas orientadas para a sustentabilidade, a inovação e a coesão territorial.

Para a concretização deste desígnio, as políticas setoriais foram estruturadas em quatro Programas de Ação que, em conjunto, materializam a estratégia governativa para um setor mais competitivo, resiliente e sustentável, ao serviço do desenvolvimento equilibrado de Portugal.

Agricultura *(Programa #1)*

O Governo reafirma o compromisso de reforçar as medidas que promovem o aumento do rendimento agrícola e a estabilidade dos apoios aos agricultores, contribuindo para a sustentabilidade económica do setor, a previsibilidade da atividade produtiva e o fortalecimento da coesão territorial *(Objetivo #1.1).* As políticas agrícolas orientadas para este objetivo estratégico foram estruturadas em três ações prioritárias: Apoio aos Agricultores, Coesão Territorial e Renovação Geracional e Empreendedorismo Rural. Em termos orçamentais encontram-se todas integradas no Apoio aos Agricultores. No entanto, estão previstos pagamentos de apoio à instalação de jovens agricultores (prémio e investimento) no valor de 68M€, que poderiam igualmente ser atribuídos à Renovação Geracional, e pagamentos de apoio ao investimento em espaço rural no valor de 240M€, também enquadráveis na Coesão Territorial.

Floresta e recursos naturais *(Programa #2)*

O objetivo do Governo é promover uma floresta mais resiliente, produtiva e sustentável, menos vulnerável a riscos e ameaças, e capaz de responder de forma integrada aos desafios ambientais, sociais e económicos do País. Para concretizar este desígnio, aposta-se numa gestão florestal ativa, profissional e simplificada, que valorize os recursos naturais, contribua para a prevenção e redução do risco de incêndios e reforce a resiliência e o ordenamento do território *(Objetivo #2.1)*. Neste contexto, o Governo apresentou o Plano de Intervenção para a Floresta 2025–2050 — «Florestas 2050: Futuro + Verde», que estabelece 19 medidas e 154 ações estratégicas. Este Plano visa tornar a floresta portuguesa mais atrativa enquanto setor de investimento e inovação, assegurando simultaneamente a preservação do património natural, a valorização económica dos recursos florestais e o bem-estar das gerações futuras. O Programa P2 – Florestas e Recursos Naturais concretiza esta estratégia através de duas ações prioritárias: Gestão florestal sustentável e competitividade do setor e Resiliência do território. Em conjunto, estas ações visam reforçar a sustentabilidade e a produtividade do setor florestal, promovendo a inovação, a valorização dos territórios rurais e a coesão territorial, em linha com os compromissos nacionais e europeus para a transição climática e a neutralidade carbónica.

Desenvolvimento rural e inovação *(Programa #3)*

O Governo assume o compromisso de promover a atratividade, a modernização e a inovação nos territórios rurais, reforçando o regadio, o empreendedorismo e a transferência de conhecimento (Objetivo #3). Este programa visa consolidar o desenvolvimento rural como eixo estratégico de coesão territorial, competitividade e sustentabilidade. As políticas públicas orientadas para este objetivo foram estruturadas em três ações: investigação, formação e transferência de conhecimento, valorização dos territórios rurais e estímulo ao empreendedorismo local, e modernização e desenvolvimento das infraestruturas de regadio.

Mar e Pescas *(Programa #4)*

Faz parte da agenda deste Governo assegurar a sustentabilidade integrada do setor das pescas e do espaço marítimo, conciliando as dimensões ambiental, social e económica. O objetivo é garantir a conservação dos recursos marinhos, promover o potencial da economia azul e valorizar as comunidades costeiras (Objetivo #4.1).

As políticas públicas orientadas para este objetivo estratégico foram estruturadas em duas ações: Desenvolvimento sustentável das pescas e da aquicultura e Conservação e valorização do espaço marítimo.

Objetivos e indicadores da missão de base orgânica Agricultura e Mar

(Milhões de euros)

Código	Designação e objetivo estratégicosda MBO	Orçamento
MBO 16	Agricultura e Mar	1 687
Objetivo estratégico	Desenvolver o setor que contempla a agricultura, o mar e as pescas, e as florestas, para que este seja um pilar central do desenvolvimento económico, social e ambiental do país, honrando o passado e respondendo aos desafios do presente e do futuro.	

Código	Programa / Ação / Objetivo	Indicador	Orçamento
P1	Agricultura		963
Obj. 1.1	Reforçar a adoção de medidas que promovam o aumento do rendimento agrícola e a estabilidade dos apoios aos agricultores	Aumento do rendimento médio do agricultor face ao ano anterior	
Ação 1.1	Apoio aos agricultores		963
Obj. 1.1.1	Aumentar o rendimento dos agricultores	Aumento do rendimento do agricultor face a 2023	
Obj. 1.1.2	Assegurar a previsibilidade e a estabilidade dos apoios diretos aos agricultores	Pagamentos efetuados dentro do prazo definido no calendário de pagamento	
Obj. 1.1.2	Assegurar a previsibilidade e a estabilidade dos apoios diretos aos agricultores	Montante pago para assegurar o cumprimento da regra n+3	
Obj. 1.1.3	Garantir a defesa sanitária animal e a promoção do bem-estar animal	Taxa de mortalidade animal por causa sanitária	
Ação 1.2	Coesão territorial		0
Obj. 1.2.1	Impulsionar a aprovação de projetos em cada região NUTS II	Número de projetos aprovados	
Obj. 1.2.1	Impulsionar a aprovação de projetos em cada região NUTS II	Montante aprovado	
Ação 1.3	Renovação geracional e empreendedorismo rural		0
Obj. 1.3.1	Fomentar a renovação geracional das explorações agrícolas	Idade média dos agricultores portugueses (anos)	
Obj. 1.3.1	Fomentar a renovação geracional das explorações agrícolas	Número de candidaturas ao investimento produtivo dos jovens agricultores (C.2.2.2 do PEPAC)	
Obj. 1.3.2	Apoiar o empresário jovem rural	Número de jovens agricultores instalados	
P2	Florestas e recursos naturais		251
Obj. 2.1	Promover uma floresta mais resiliente, produtiva e sustentável, menos vulnerável a riscos e ameaças, e capaz de responder aos desafios ambientais, sociais e económicos do país	Aumento do peso do VAB do setor florestal no PIB face ao ano anterior	
Ação 2.1	Gestão florestal sustentável e competitividade do setor		34
Obj. 2.1.1	Promover a gestão florestal e aumentar a produção e a rentabilidade da floresta nacional	Área sujeita a gestão florestal ativa e sustentável com recurso a financiamento (ha)	
Obj. 2.1.2	Reforçar o financiamento e o acesso a instrumentos de apoio adequados à diversidade do território	Percentagem de candidaturas decididas	
Obj. 2.1.2	Reforçar o financiamento e o acesso a instrumentos de apoio adequados à diversidade do território	Tempo médio de análise e decisão das candidaturas (dias)	
Obj. 2.1.3	Otimizar a articulação entre os organismos do Estado e o setor florestal, assegurando maior eficiência, coordenação e capacidade de resposta	Número de protocolos com OPF'S e outros atores setoriais	
Ação 2.2	Resiliência do território		217
Obj. 2.2.1	Aumentar a resiliência do território face aos incêndios rurais	Número de hectares com faixas de gestão de combustível implementada (rede primária)	
Obj. 2.2.1	Aumentar a resiliência do território face aos incêndios rurais	Número de equipamentos e máquinas atribuídos	
Obj. 2.2.2	Reduzir os impactos de pragas, doenças e espécies invasoras na floresta	Número de programas ou planos de atuação para prevenção e controlo de pragas florestais	
Obj. 2.2.2	Reduzir os impactos de pragas, doenças e espécies invasoras na floresta	Número de campanhas de sensibilização para a fitosanidade	
Obj. 2.2.2	Reduzir os impactos de pragas, doenças e espécies invasoras na floresta	Número de armadilhas adquiridas para instalação e monitorização	
Obj. 2.2.3	Incentivar a produção e o uso de espécies florestais autóctones	Número de plantas comercializadas	
Ação 3.2	Valorização de territórios rurais e estímulo ao empreendedorismo local		35
Obj. 3.2.1	Desenvolver e executar projetos de inovação específicos para os territórios rurais	Número de projetos de inovação desenvolvidos	
Obj. 3.2.2	Promover projetos inovadores liderados por mulheres	Percentagem de projetos de inovação desenvolvidos por mulheres, face ao total	
Obj. 3.2.3	Reforçar as sinergias entre cooperativas	Número de cooperativas apoiadas	
Ação 3.3	Modernização e desenvolvimento de infraestruturas de regadio		178
Obj. 3.3.1	Aumentar significativamente a área de regadio e a capacidade de armazenamento de água nas bacias hidrográficas	Aumento da área de regadio (ha)	
Obj. 3.3.2	Reabilitar perímetros de rega degradados ou subutilizados	Número de aproveitamentos requalificados	

Código	Programa / Ação / Objetivo	Indicador	Orçamento
P4	**Mar e pescas**		**161**
Obj. 4.1	Assegurar a sustentabilidade integrada do setor das pescas e do espaço marítimo	Aumento do rendimento médio do pescador face a 2025	
Obj. 4.1	Assegurar a sustentabilidade integrada do setor das pescas e do espaço marítimo	Percentagem de áreas marinhas protegidas	
Ação 4.1	**Desenvolvimento sustentável das pescas e da aquicultura**		**77**
Obj. 4.1.1	Renovar geracionalmente o setor das pescas	Número de novas cédulas emitidas a jovens pescadores	
Obj. 4.1.1	Renovar geracionalmente o setor das pescas	Número de jovens inscritos em formações do setor das pescas	
Obj. 4.1.1	Renovar geracionalmente o setor das pescas	Número de programas de apoio disponíveis, destinados a jovens pescadores	
Obj. 4.1.2	Garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental das pescas	Redução das emissões de CO2 anuais emitidas pela frota pesqueira, face ao ano anterior	
Obj. 4.1.2	Garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental das pescas	Aumento do rendimento médio dos pescadores, face ao ano anterior	
Obj. 4.1.2	Garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental das pescas	Aumento do preço médio do pescado, face ao ano anterior	
Obj. 4.1.3	Criar condições favoráveis ao investimento na aquicultura	Número de programas de apoio disponíveis, destinados a investimentos em aquicultura	
Obj. 4.1.3	Criar condições favoráveis ao investimento na aquicultura	Número de licenciamentos de projetos de aquicultura autorizados	
Obj. 4.1.3	Criar condições favoráveis ao investimento na aquicultura	Aumento de receita gerada pela aquicultura, face ao ano anterior	
Ação 4.2	**Conservação e valorização do espaço marítimo**		**85**
Obj. 4.2.1	Garantir a sustentabilidade e a preservação ambiental do espaço marítimo	Percentagem de áreas marinhas protegidas	
Obj. 4.2.1	Garantir a sustentabilidade e a preservação ambiental do espaço marítimo	Número de iniciativas/ações de educação e sensibilização sobre produtos do mar e a saúde do oceano	
Obj. 4.2.2	Promover a segurança marítima	Número de ações de formação e de sensibilização no âmbito da segurança marítima	
Obj. 4.2.2	Promover a segurança marítima	Número de intervenções e requalificações dos portos de pesca	
Obj. 4.2.2	Promover a segurança marítima	Investimento total em dragagens de portos de pesca	
Obj. 4.2.3	Valorizar a economia azul e os produtos do mar	Aumento do volume de negócios das atividades ligadas à Economia Azul (turismo costeiro, transporte marítimo, biotecnologia marinha), face ao ano anterior	
Obj. 4.2.3	Valorizar a economia azul e os produtos do mar	Aumento do número de postos de trabalho (diretos e indiretos) na Economia Azul, face ao ano anterior	
Obj. 4.2.3	Valorizar a economia azul e os produtos do mar	Número de participações em conferências, reuniões e outros eventos de caráter internacional sobre conhecimento, investigação e desenvolvimento de ações no âmbito do oceano	
P5	**Suporte à atividade da MBO**		**53**
Ação 5.1	**Apoio à governação**		**20**
Ação 5.2	**Reserva orçamental**		**33**

Fontes: Ministério das Finanças e Ministério da Agricultura e Mar.

Entidades da Administração Pública abrangidas

Em termos de distribuição orçamental por entidade, destaca-se o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), que concentra 52,4% do orçamento aprovado, correspondente a 884,1 milhões de euros. Estes valores refletem a importância do PEPAC e do MAR 2030, cujos projetos (em despesa não consolidada) representam respetivamente 515M€ e 46M€. O projeto PEPAC será reforçado durante a execução orçamental de 2026, como está previsto na Lei do OE, prevendo-se que venha a atingir 780M€.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com 12,7% (214,7 milhões de euros), e a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), com 10,9% (184,6 milhões de euros) seguem-se em importância orçamental.

Os projetos PRR estão sobretudo integrados nos orçamentos destes serviços (embora também estejam na DGADR, INIAV, DGAV e IPMA) e crescem de 190 para 209M€.

OE 2026 - Despesa total consolidada por serviços
(Milhões de euros)

SERVIÇO	VALOR PROPOSTO						ESTRUTURA (%)
	RI	RP	TRANSF	FE SEM FSE	FSE	TOTAL	TOTAL
MAM	**408,4**	**227,7**	**273,6**	**777,6**	**0,0**	**1687,4**	**100,0**
SI	**123,3**	**59,2**	**36,5**	**38,6**	**0,0**	**257,6**	**15,3**
AG - MAM	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	0,3
AGIF, I.P.	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	0,2
DGADR	6,6	4,2	4,9	20,0	0,0	35,6	2,1
DGAV	45,7	42,2	31,2	1,8	0,0	120,9	7,2
DGPM	2,2	0,0	0,1	1,4	0,0	3,8	0,2
DGRM	9,5	12,2	0,3	2,6	0,0	24,7	1,5
EMEPC	1,9	0,6	0,0	0,0	0,0	2,5	0,1
EMPEPACC	1,2	0,0	0,0	8,7	0,0	9,9	0,6
GAMA	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0
GPP	46,7	0,0	0,0	2,5	0,0	49,2	2,9
MAR 2030	0,6	0,0	0,0	1,7	0,0	2,4	0,1
SFA	**285,1**	**84,8**	**206,4**	**668,8**	**0,0**	**1245,1**	**73,8**
FCSPP	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	1,3	0,1
FSSAM	0,0	1,1	1,2	0,0	0,0	2,3	0,1
ICNF, I.P.	36,2	27,0	44,7	106,9	0,0	214,7	12,7
IFAP, I.P.	209,7	13,3	152,6	508,4	0,0	884,1	52,4
INIAV, I.P.	20,7	7,7	4,6	12,9	0,0	45,9	2,7
IPMA, I.P.	18,5	13,5	3,2	40,1	0,0	75,4	4,5
IVDP, I.P.	0,0	8,9	0,0	0,6	0,0	9,5	0,6
IVV, I.P.	0,0	12,0	0,0	0,0	0,0	12,0	0,7
EPR	**0,0**	**83,7**	**30,7**	**70,1**	**0,0**	**184,6**	**10,9**
EDIA, S.A.	0,0	83,7	30,7	70,1	0,0	184,6	10,9

Fonte: DGO

Em conjunto, estas três entidades – IFAP, ICNF e EDIA - absorvem 76,1% do orçamento total previsto para 2026, o que evidencia a centralidade do apoio ao rendimento dos agricultores em contrapartida de práticas visando o abastecimento alimentar e a sustentabilidade ambiental, da gestão sustentável dos recursos florestais e do investimento em infraestruturas de regadio no quadro estratégico da Missão "Agricultura e Mar".

Esta distribuição reflete, assim, a orientação do Governo para uma gestão eficiente dos fundos europeus e nacionais, a modernização do setor agrícola e o reforço da resiliência territorial, assegurando uma afetação equilibrada dos recursos às áreas de maior impacto económico e ambiental.

A execução do PRR assume particular relevância em 2026, no quadro da dimensão "Resiliência", que integra projetos de elevado impacto nas áreas da transformação da paisagem dos territórios florestais vulneráveis, da transição verde e digital, da segurança nas pescas, do parque fotovoltaico de Alqueva, dos estudos técnicos para o potencial energético offshore, do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e das infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas. Destaca-se igualmente a Componente RE-C05-I03 — Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30, que promove a investigação e a inovação orientadas para a sustentabilidade da agricultura, da alimentação e da agroindústria.

No domínio do investimento público, sobressai a contribuição da EDIA, com projetos integrados no Programa Nacional de Regadios e na Estratégia Água que Une, destinados a reforçar o sistema de abastecimento de água às instalações do Alqueva e a diversos equipamentos agrícolas, bem como ao alargamento do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva e à construção do respetivo parque fotovoltaico.

Destacam-se ainda os projetos sob responsabilidade do ICNF, I.P., com investimentos na rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível e na transformação da paisagem dos territórios florestais vulneráveis, designadamente através das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e dos Condomínios de Aldeia.

A Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) prossegue projetos de modernização das redes de distribuição de água para rega nos aproveitamentos hidroagrícolas do Xévora, Alvor e Sotavento Algarvio, bem como o desenvolvimento do Polo de Inovação da Tapada da Ajuda.

O IPMA, I.P. executa intervenções associadas aos estudos técnicos sobre o potencial energético offshore e à implementação do sistema de alerta para eventos extremos. Por sua vez, o INIAV, I.P. desenvolve projetos de renovação e requalificação de oito Polos de Inovação — Alcobaça, Alvalade do Sado, Braga, Dois Portos, Elvas, Fonte Boa, Oeiras e Vairão —, reforçando a rede nacional de investigação aplicada e transferência de conhecimento ao serviço da agricultura e da alimentação.

Quanto à dotação inscrita em passivos financeiros, respeita ao reembolso parcial de empréstimo obrigacionista de médio e longo prazo por parte da EDIA.

OE 2026 – MEDIDA 102 – Plano de recuperação e resiliência
(Milhões de euros)

SERVIÇO	OE 2025	OE 2026	VARIAÇÃO - VALOR PROPOSTO 2026 - DOTAÇÃO INICIAL 2025	
	VALOR APROVADO	VALOR PROPOSTO	VALOR	%
PRR	**190,4**	**208,7**	**18,3**	**9,6**
IFAP, I.P.	32,3	50,4	18,1	55,9
IPMA, I.P.	31,8	18,6	- 13,2	- 41,6
INIAV, I.P.	22,5	11,8	- 10,7	- 47,7
ICNF, I.P.	91,9	95,2	3,3	3,6
EDIA, S.A.	0,1	21,6	21,5	20 975,0
DGAV	0,7	0,7	0,0	4,7
DGADR	11,1	10,4	- 0,7	- 6,3

FONTE: DGO

Em 2026, a dotação global do PRR no âmbito do Ministério da Agricultura e Mar ascende a 208,7M€, registando um aumento de 18,3M€ (+9,6%) face a 2025. O reforço concentra-se essencialmente no IFAP, I.P. (+55,9%) e na EDIA, S.A., cuja dotação passa de 0,1M€ para 21,6M€, refletindo o arranque de novos investimentos estruturantes no regadio. Em contrapartida, observam-se reduções significativas nas dotações do IPMA (-41,6%) e do INIAV (-47,7%), resultantes do encerramento ou reprogramação de projetos em fase final de execução.

O ICNF, I.P. é responsável pela implementação de uma parte muito significativa dos investimentos associados à Componente C08 – Florestas, da Dimensão Transição Climática, o que explica a sua elevada dotação PRR. Estes investimentos visam reduzir o risco de incêndios rurais, aumentar a resiliência dos ecossistemas florestais e transformar a paisagem em territórios vulneráveis, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos naturais e a proteção das populações. Entre os projetos executados pelo ICNF destacam-se: a rede primária de faixas de gestão de combustível; as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem; os Condomínios de Aldeia, como instrumento inovador de proteção comunitária; a recuperação ecológica e valorização económica da floresta. Assim, o investimento sob responsabilidade do ICNF é estruturante para a transição climática, assumindo um papel determinante na resiliência do território e na segurança das populações, justificando o seu peso orçamental no âmbito do PRR do Ministério.

Globalmente, esta variação positiva traduz o avanço da execução física e financeira do PRR no setor agroalimentar e ambiental, com especial incidência nas componentes ligadas à gestão eficiente da água, à inovação tecnológica e à modernização das infraestruturas agrícolas, bem como ao reforço da resiliência florestal em territórios vulneráveis.

OE 2026 - Despesa total consolidada - por serviço e fontes de financiamento – comparação com OE 2025
(Milhões de euros)

SERVIÇO	ANO DE 2025						ANO DE 2026						VARIAÇÃO											
	VALOR APROVADO						VALOR PROPOSTO						RI		RP		TRANSF		FE SEM FSE		FSE		TOTAL	
	RI	RP	TRANSF	FE SEM FSE	FSE	TOTAL	RI	RP	TRANSF	FE SEM FSE	FSE	TOTAL	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
MAP	**348,9**	**253,7**	**312,8**	**1 178,9**	**0,0**	**2 094,3**	**408,4**	**227,7**	**273,6**	**777,6**	**0,0**	**1 687,4**	**59,5**	**17,1**	**- 25,9**	**- 10,2**	**- 39,2**	**- 12,5**	**- 401,3**	**- 34,0**	**0,0**	**51,1**	**- 406,9**	**- 19,4**
SI	**97,0**	**56,1**	**31,4**	**50,8**	**-**	**235,3**	**123,3**	**59,2**	**36,5**	**38,6**	**-**	**257,6**	**26,3**	**27,1**	**3,1**	**5,6**	**5,2**	**16,5**	**- 12,2**	**- 24,0**	**-**	**-**	**22,3**	**9,5**
AG - MAM	3,9	-	-	-	-	3,9	4,6	-	-	-	-	4,6	0,8	19,7	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8	19,7
AGIF, I.P.	5,2	-	-	-	-	5,2	3,9	-	-	-	-	3,9	- 1,3	- 24,2	-	-	-	-	-	-	-	-	- 1,3	- 24,2
DGADR	6,4	4,2	5,7	31,4	-	47,7	6,6	4,2	4,9	20,0	-	35,6	0,2	2,9	-	-	- 0,8	- 13,6	- 11,5	- 36,5	-	-	- 12,1	- 25,3
DGAV	30,5	41,1	24,7	1,5	-	97,8	45,7	42,2	31,2	1,8	-	120,9	15,2	50,0	1,1	2,8	6,5	26,3	0,3	19,6	-	-	23,1	23,7
DGPM	2,7	-	0,0	3,5	-	6,2	2,2	-	0,1	1,4	-	3,8	- 0,4	- 15,4	-	-	0,1	835,0	- 2,1	- 60,7	-	-	- 2,4	- 39,3
DGRM	15,5	10,8	0,7	5,5	-	32,4	9,5	12,2	0,3	2,6	-	24,7	- 6,0	- 38,5	1,4	13,2	- 0,4	- 56,5	- 2,8	- 51,9	-	-	- 7,8	- 23,9
EMEPC	2,1	-	-	0,2	-	2,2	1,9	0,6	-	-	-	2,5	- 0,1	- 7,0	0,6	-	-	-	- 0,2	- 100,0	-	-	0,3	11,9
EMPEPACC	1,5	-	-	5,6	-	7,1	1,2	-	-	8,7	-	9,9	- 0,3	- 16,9	-	-	-	-	3,0	54,1	-	-	2,8	39,1
GAMA	0,3	0,0	0,3	-	-	0,6	0,3	0,0	-	-	-	0,3	- 0,0	- 4,5	0,0	11,1	- 0,3	- 100,0	-	-	-	-	- 0,3	- 54,2
GPP	28,4	0,0	-	1,4	-	29,8	46,7	0,0	-	2,5	-	49,2	18,3	64,5	-	-	-	-	1,0	69,4	-	-	19,3	64,8
MAR 2030	0,7	-	-	1,7	-	2,4	0,6	-	-	1,7	-	2,4	- 0,1	- 15,9	-	-	-	-	0,0	2,5	-	-	- 0,1	- 3,0
SFA	**251,9**	**85,5**	**258,6**	**1 041,4**	**0,0**	**1 637,3**	**285,1**	**84,8**	**206,4**	**668,8**	**0,0**	**1 245,1**	**33,2**	**13,2**	**- 0,7**	**- 0,8**	**- 52,2**	**- 20,2**	**- 372,6**	**- 35,8**	**0,0**	**51,1**	**- 392,2**	**- 24,0**
FCSPP	-	1,3	-	-	-	1,3	-	1,3	-	-	-	1,3	-	-	0,0	2,5	-	-	-	-	-	-	0,0	2,5
FSSAM	-	0,9	1,2	-	-	2,1	-	1,1	1,2	-	-	2,3	-	-	0,2	19,4	-	-	-	-	-	-	0,2	8,4
ICNF, I.P.	35,3	28,7	53,2	97,0	-	214,3	36,2	27,0	44,7	106,9	-	214,7	0,8	2,4	- 1,7	- 5,9	- 8,6	- 16,1	9,8	10,2	-	-	0,4	0,2
IFAP, I.P.	177,9	12,6	196,9	862,5	-	1 250,0	209,7	13,3	152,6	508,4	-	884,1	31,8	17,9	0,7	5,6	- 44,3	- 22,5	- 354,1	- 41,1	-	-	- 365,9	- 29,3
INIAV, I.P.	20,4	7,7	2,1	23,6	0,0	53,7	20,7	7,7	4,6	12,9	0,0	45,9	0,4	1,8	-	-	2,6	125,3	- 10,7	- 45,4	0,0	51,1	- 7,8	- 14,5
IPMA, I.P.	18,3	12,4	5,2	58,0	-	93,8	18,5	13,5	3,2	40,1	-	75,4	0,2	1,2	1,1	9,2	- 1,9	- 37,2	- 17,9	- 30,9	-	-	- 18,5	- 19,7
IVDP, I.P.	-	10,4	-	0,3	-	10,7	-	8,9	-	0,6	-	9,5	-	-	- 1,5	- 14,2	-	-	0,3	116,6	-	-	- 1,2	- 10,9
IVV, I.P.	-	11,5	-	-	-	11,5	-	12,0	-	-	-	12,0	-	-	0,5	4,0	-	-	-	-	-	-	0,5	4,0
EPR	**-**	**112,1**	**22,9**	**86,7**	**-**	**221,6**	**-**	**83,7**	**30,7**	**70,1**	**-**	**184,6**	**-**	**-**	**- 28,4**	**- 25,3**	**7,9**	**34,4**	**- 16,5**	**- 19,1**	**-**	**-**	**- 37,1**	**- 16,7**
EDIA, S.A.	-	112,1	22,9	86,7	-	221,6	-	83,7	30,7	70,1	-	184,6	-	-	- 28,4	- 25,3	7,9	34,4	- 16,5	- 19,1	-	-	- 37,1	- 16,7

FONTE: DGO

Nota:
A Despesa total consolidada não inclui operações extra-orçamentais e transferências internas.
O orçamento aprovado 2025 aqui considerado não traduz o orçamento aprovado pela AR em 2024. Resulta da restruturação do Ministério, onde foram inseridos 3 novos serviços, DGPM, EMEPC e GAMA.

Em comparação com a dotação do OE 2025, o orçamento regista uma redução de 407M€, essencialmente devido à redução dos orçamentos do IFAP (-366M€) e da EDIA (-37M€).

Esta redução é aparente e não cria nenhum constrangimento ao apoio aos agricultores, produtores florestais e pescadores nem ao funcionamento do Ministério em 2026.

Em primeiro lugar, é de notar que as verbas provenientes de receitas de impostos conhecem um aumento de 60M€.

Em segundo lugar, as reduções observadas em Fundos Europeus e Receitas Próprias resultam quer de sobre-orçamentação no OE de 2025, que não se refletirá em execução real, quer de uma orçamentação de Recursos Próprios mais rigorosa e de uma orçamentação de Fundos Europeus em 2026 que ficará aquém da execução. É de sublinhar que o orçamento do IFAP será acrescido na contrapartida nacional do PEPAC através das disposições previstas na Lei do OE 2026, dotação centralizada e Fundo Ambiental, que permitirão alavancar o respetivo valor de Fundos Europeus.

Na comparação de 2025 com 2026 por entidade, há vários fatores a tomar em consideração.

Deve-se esclarecer que a forma de orçamentação se alterou no que diz respeito ao registo de verbas com utilização condicionada, contribuindo para a redução dos orçamentos de várias entidades em benefício do orçamento da entidade coordenadora do programa orçamental, o GPP.

Outro fator a tomar em consideração é a transferência de competências do ICNF para a DGAV, designadamente no domínio dos animais de companhia e errantes, com reforço do orçamento da DGAV.

Em síntese, a execução orçamental de 2026 permitirá dotar o Ministério da Agricultura e Mar dos recursos necessários para cumprir a sua missão de planeamento, gestão e execução de políticas, de regulação, de garante da segurança alimentar, do regadio, e, sobretudo, executar os programas de investimento e de sustentabilidade.

Prevê-se que a execução do PEPAC aumente de 550M€, em 2025, para 780M€, em 2026, que a execução do MAR 2030 aumente, de 10M€, em 2025, para 46M€, em 2026, e que a execução do PRR nas áreas da Agricultura, Florestas, Pescas e Mar aumente de 90M€, em 2025, para 209M€, em 2026.

Os agricultores e outros agentes dos territórios rurais terão ainda financiamentos provenientes do Fundo Ambiental, para o PEPAC (4,5M€), para efeitos de promoção da biodiversidade e prevenção de fogos rurais (30M€) e de projetos no domínio da gestão das áreas protegidas, prevenção de incêndios florestais e para outros projetos de conservação da natureza, ordenamento do território e adaptação às alterações climáticas, pagamentos a equipas de sapadores florestais, gabinetes técnicos florestais, agrupamento de baldios (45M€). Para além disso, também os programas do Portugal 2030 aumentarão os pagamentos agro e silvo-industriais, passando a ser elegíveis projetos a partir de 2M€.

Por último, é de referir a despesa extraorçamental relativa aos pagamentos diretos do PEPAC, que, de acordo com o respetivo plano financeiro, irá aumentar de 707M€ para 716M€.

Recursos humanos

A proposta de mapa de pessoal para 2026 mantém praticamente estável a estrutura global de recursos humanos do Ministério da Agricultura e Mar, passando de 6 467 para 6 437 postos de trabalho (-0,5%). Esta opção traduz uma gestão responsável e prudente, garantindo continuidade da ação pública num contexto de disciplina orçamental e de ganhos de eficiência associados à nova orgânica governativa.

Contudo, constata-se um diferencial relevante entre os postos previstos e os efetivos atualmente ao serviço, que totalizam 5 048 colaboradores (30/09/2025). Esta diferença de 1 389 recursos reflete sobretudo constrangimentos de recrutamento transversais à Administração Pública, que condicionam a capacidade de reposição de efetivos e a integração de novas competências.

Distribuição dos efetivos por serviço – P020 Agricultura e Mar

SERVIÇOS	Mapa de Pessoal Aprovado 2025(**)	Efetivos a 30/09/2025 (*)	Mapa de Pessoal Proposto 2026 (***)	Diferença 2026-2025	Diferença 2026 - Efetivos set 2025
DGAV	1375	945	1375	0	430
DGADR	217	177	215	-2	38
IVV, I.P.	66	61	70	4	9
IVDP, I.P.	151	115	151	0	36
INIAV, I.P.	685	541	650	-35	109
GPP	235	164	235	0	71
MAR 2030	29	18	29	0	11
IFAP, I.P.	643	520	643	0	123
DGRM	313	283	313	0	30
IPMA, I.P.	644	569	644	0	75
PEPAC (****)	49	59	49	0	-10
ICNF	1959	1505	1958	-1	453
DGPM	43	37	45	2	8
EMEPC	23	23	25	2	2
GAMA	6	6	6	0	0
AGIF	29	25	29	0	4
Total	**6467**	**5048**	**6437**	**-30**	**1389**

(*) Fonte: GPP/SIOE

(**) Fonte: Mapas pessoal aprovados 2025

(***) Fonte: Mapas de pessoal propostos para 2026

(****) Nos termos do nº 15 da RCM nº 15/2023, de 10 de fevereiro,o secretariado técnico integra um máximo de 70 elementos, não considerando os 4 elementos da Comissão Diretiva

As necessidades são mais evidentes nos serviços com maior intensidade operacional e maior exposição às exigências do setor, como o ICNF (+453), a DGAV (+430), o IFAP (+123), o INIAV (+109) e o IPMA (+75). Estas insuficiências têm impacto direto em áreas essenciais da execução das políticas públicas: prevenção e combate aos incêndios rurais, sanidade animal e vegetal, gestão dos fundos europeus, ciência agrícola e meteorologia.

Distribuição dos efetivos pelas diversas carreiras do P020

Cargo/Categoria	Mapa de Pessoal Aprovado 2025(**)	Efetivos a 30/09/2025 (*)	Mapa de Pessoal Proposto 2026 (***)	Diferença 2026 - 2025	Diferença 2026 - Efetivos set 2025
Dirigentes	382	364	348	-34	-16
Técnico Superior	2869	2474	2902	33	428
Investigação	256	112	264	8	152
Inspeção	54	205	56	2	-149
Informática	210	142	211	1	69
Assistente Técnico	1136	1121	1119	-17	-2
Assistente Operacional	650	503	618	-32	115
Outras	910	127	919	9	792
Total	**6467**	**5048**	**6437**	**-30**	**1389**

(*) Fonte: GPP/SIOE

(**) Fonte: Mapas pessoal aprovados 2025

(***) Fonte: Mapas de pessoal proposto para 2026

A análise por carreiras reforça esta prioridade: são especialmente necessários Técnicos Superiores (+428), Investigadores (+152) e Assistentes Operacionais (+115), fundamentais para assegurar planeamento, regulação, suporte científico e presença no terreno.

Deste modo, a estabilidade do mapa de pessoal em 2026 será acompanhada pela aceleração dos procedimentos de recrutamento em curso e pela priorização das áreas críticas referidas, garantindo reforço da capacidade de resposta do Ministério e melhoria contínua do serviço prestado aos cidadãos e aos agentes do setor agrícola e do mar.

Custo das Medidas e fontes de financiamento

O orçamento da Agricultura e do Mar para 2026 ascende a 1.687,4M€, destinando-se, essencialmente, a apoiar quem produz, valorizar o território e proteger os recursos naturais.

Agricultura e Mar (PO20) — Conta do Programa Orçamental

(Milhões de euros)

Classificador Económico	2025 Estimativa	2026 Orçamento	Variação (%)	Estrutura 2025 (%)
DESPESA				
Despesa corrente	**893,7**	**1 213,5**	**35,8**	**71,9**
Despesas com o pessoal	196,0	221,8	13,2	13,1
Aquisição de bens e serviços	159,5	208,8	30,9	12,4
Juros e outros encargos	14,2	13,3	-6,4	0,8
Transferências correntes	330,5	548,0	65,8	32,5
Subsídios	124,9	69,8	-44,2	4,1
Outras despesas correntes	68,6	151,8	121,4	9,0
Despesa de capital	**433,8**	**467,0**	**7,6**	**27,7**
Investimento	153,3	213,1	39,0	12,6
Transferências de capital	280,6	253,9	-9,5	15,0
Outras despesas de capital				
Diferenças de consolidação	**12,1**			
Despesa efetiva consolidada	**1 339,6**	**1 680,5**	**25,4**	
Ativos Financeiros	**0,2**	**0,1**	**-32,6**	
Passivos Financeiros	**6,7**	**6,7**		**0,4**
Diferenças de consolidação de ativos e passivos				
Despesa total consolidada	**1 346,5**	**1 687,4**	**25,3**	
Receita total consolidada	**1 347,8**	**1 687,4**	**25,2**	
Saldo Orçamental	**1,2**			
por memória:				
Despesas por Fonte de Financiamento consolidada	**Orçamento 2025**			
Receitas de Impostos	408,4			
Receitas Próprias	227,7			
Fundos Europeus	777,6			
Transferências entre entidades	273,6			
Diferenças de consolidação				

Nota: O presente quadro exclui, nas rubricas de juros, transferências, subsídios, ativos e passivos provenientes e destinados a entidades do Programa Orçamental.

Fonte: Ministério das Finanças.

O financiamento do Programa Orçamental assenta maioritariamente em fundos europeus e respetiva contrapartida pública nacional assegurada por receitas de impostos, de acordo com as atribuições do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) enquanto organismo pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura.

Na estrutura da despesa mantém-se a predominância das dotações para transferências correntes e de capital, onde se incluem os pagamentos aos beneficiários do PEPAC, do MAR 2030 e do PRR.

A dotação inscrita na rubrica de passivos financeiros é referente ao reembolso parcial do empréstimo obrigacionista de médio e longo prazo assumido pela EDIA.

Agricultura e Mar (PO20) — Dotações específicas

(Milhões de euros)

Agregados/Programas Orçamentais	2025 Estimativa	2026 Orçamento	Variação (%)
AGRICULTURA E MAR	**10,0**	**10,0**	
TRANSFERÊNCIA DE RECEITA CONSIGNADA	10,0	10,0	
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS (ISP) E ADICIONAL AO ISP	10,0	10,0	

Fonte: Ministério das Finanças.

Mantém-se a consignação da receita do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) cobrada sobre o gasóleo colorido e marcado, consignada ao financiamento da contrapartida nacional dos programas comunitários, executada através do orçamento do IFAP, I. P.

Agricultura e Mar (PO20) — Despesa Consolidada

(Milhões de euros)

	2025 Orçamento Aprovado	2025 Estimativa de Execução	2026 Orçamento	Variação 2026 Orç. - 2025 Est.		Variação 2026 Orç. - 2025 Orç.	
				Valor	%	Valor	%
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Despesa Total Consolidada	**2 094,3**	**1 346,5**	**1 687,4**	**340,9**	**25,3**	**- 406,9**	**- 19,4**
Despesa Efetiva Consolidada	**2 087,4**	**1 339,6**	**1 680,5**	**340,9**	**25,4**	**- 406,9**	**- 19,5**
Por Memória:							
Ativos Financeiros	**0,2**	**0,2**	**0,1**				
Passivos Financeiros	**6,7**	**6,7**	**6,7**				
Dif. Consolidação de ativos e Passivos							

FONTE: DGO

Notas:
A despesa efetiva consolidada não inclui ativos e passivos financeiros.
O orçamento aprovado 2025 aqui considerado não traduz o orçamento aprovado pela AR em 2024. Resulta da restruturação do Ministério, onde foram inseridos 3 novos serviços, DGPM, EMEPC e GAMA.

Em comparação com a dotação do OE 2025, o orçamento regista uma redução de 407M€, essencialmente devido à redução dos orçamentos do IFAP (-366M€) e da EDIA (-37M€).

Esta redução é aparente e não cria nenhum constrangimento ao apoio aos agricultores, produtores florestais e pescadores nem ao funcionamento do Ministério em 2026.

Em primeiro lugar, é de notar que as verbas provenientes de receitas de impostos conhecem um aumento de 60M€.

Em segundo lugar, as reduções observadas em Fundos Europeus e Receitas Próprias resultam quer de sobre-orçamentação no OE de 2025, que não se refletirá em execução real, quer de uma orçamentação de Recursos Próprios mais rigorosa e de uma orçamentação de Fundos Europeus em 2026 que ficará aquém da execução. É de sublinhar que o orçamento do IFAP será acrescido na contrapartida nacional do PEPAC através das disposições previstas na Lei do OE 2026, dotação centralizada e Fundo Ambiental, que permitirão alavancar o respetivo valor de Fundos Europeus.

Em síntese, a execução orçamental de 2026 permitirá dotar o Ministério da Agricultura e Mar dos recursos necessários para cumprir a sua missão de planeamento, gestão e execução de políticas, de regulação, de garante da segurança alimentar, do regadio, e, sobretudo, executar os programas de investimento e de sustentabilidade.

Vamos aumentar a execução do PEPAC de 550M€ para 780M€, do MAR 2030, de 32M€ para 46M€ e do PRR, de 190M€ para 209M€.

É ainda de referir a despesa extra-orçamental relativa aos pagamentos diretos do PEPAC, que, de acordo com o respetivo plano financeiro, irá aumentar de 707M€ para 716M€.

OE 2026 - Despesa efetiva consolidada, ativos e passivos financeiros

(Milhões de euros)

MEDIDAS		VALOR PROPOSTO						ESTRUTURA DESP. EFETIVA (%)	ESTRUTURA DESP. TOTAL (%)
		RI	RP	TRANSF	FE SEM FSE	FSE	TOTAL	TOTAL	TOTAL
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA		**408,4**	**220,9**	**273,6**	**777,6**	**0,0**	**1 680,5**	**100,0**	**99,6**
004	SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	18,7	13,5	3,2	21,5	-	57,0	3,4	3,4
040	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	81,4	9,7	5,0	8,5	-	104,6	6,2	6,2
041	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO	20,9	7,7	0,2	4,3	0,0	33,1	2,0	2,0
042	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA	216,8	147,9	212,1	484,2	-	1 061,0	63,1	62,9
045	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA	28,0	9,3	3,4	43,5	-	84,2	5,0	5,0
057	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	-	5,7	-	-	-	5,7	0,3	0,3
064	OUTRAS FUNÇOES ECONÓMICAS - RELAÇÕES GERAIS DO TRABALHO	-	-	1,2	-	-	1,2	0,1	0,1
085	FLORESTAS	16,8	10,5	1,7	5,6	-	34,7	2,1	2,1
101	PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS	24,8	16,5	42,9	6,0	-	90,3	5,4	5,3
102	PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	0,8	-	3,9	203,9	-	208,7	12,4	12,4
ATIVOS FINANCEIROS		**-**	0,1	-	-	-	0,1	--	**0,0**
040	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	-	0,1	-	-	-	0,1	--	0,0
PASSIVOS FINANCEIROS		**-**	6,7	-	-	-	6,7	--	**0,4**
042	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA	-	6,7	-	-	-	6,7	--	0,4
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA		**408,4**	**227,7**	**273,6**	**777,6**	**0,0**	**1 687,4**	--	**100,0**

FONTE: DGO

A **execução orçamental da Missão "Agricultura e Mar"** estrutura-se em dez medidas, que refletem as principais áreas de intervenção estratégica do setor. As dotações concentram-se nas medidas de Agricultura e Pecuária, que representam mais de 60% da despesa total, seguidas das medidas PRR e Administração e Regulamentação. Esta distribuição evidencia a prioridade do Governo em apoiar os produtores, modernizar o setor e assegurar a gestão sustentável dos recursos agrícolas, florestais e marinhos, articulando de forma equilibrada o financiamento nacional com os fundos europeus.

O financiamento da Missão provém maioritariamente de fundos europeus sem FSE (46,3%), seguido de receitas de impostos (24,3%), transferências correntes e de capital (16,3%) e receitas próprias (13,1%). Esta estrutura confirma a forte dependência do setor em relação ao financiamento europeu, bem como a importância de uma execução eficiente e atempada dos programas comunitários.

Nos pontos seguintes apresenta-se a **análise detalhada das medidas da Missão** "Agricultura e Mar", com destaque para o respetivo orçamento, fontes de financiamento e objetivos estratégicos, em alinhamento com as prioridades definidas no Orçamento do Estado para 2026.

- **004 – Serviços Gerais da Administração Pública – Investigação Científica de Carácter Geral**

  Dispõe de uma dotação de 57,0M€, correspondendo a 3,4% da despesa total da Missão. O financiamento provém maioritariamente de fundos europeus sem FSE (21,5M€) e de receitas de impostos (18,7M€). Esta medida suporta a investigação científica transversal e os projetos de I&D aplicados à agricultura e ao mar, alinhados com os objetivos de modernização, digitalização e sustentabilidade do setor, sendo executada essencialmente pelo GPP e pelo IPMA.

- **040 – Administração e Regulamentação**

  Apresenta uma dotação de 104,6M€ (6,2% da despesa total), com financiamento essencialmente nacional (96,1M€). Esta medida assegura as funções administrativas e regulatórias, bem como o

planeamento, controlo e execução das políticas agrícolas, florestais e do mar, sendo executada maioritariamente pelo IFAP e pelo GPP.

- **041 – Investigação**

Totaliza 33,1M€ (2,0% da despesa total), financiada principalmente por fundos nacionais (28,8M€) e complementada com 4,3M€ de fundos europeus. Esta medida concentra-se na investigação aplicada à agricultura e silvicultura, com impacto direto na inovação, competitividade e sustentabilidade do setor, sendo executada pelo INIAV e pelo GPP.

- **042 – Agricultura e Pecuária**

A mais relevante do Programa, dispõe de uma dotação de 1.061 milhões de euros, correspondendo a 63,1% da despesa total. O financiamento é misto, combinando receitas de impostos (216,8M€), receitas próprias (147,9M€), transferências (212,1M€) e fundos europeus (484,2M€). Inclui os apoios diretos ao rendimento financiados pelo FEAGA, bem como as medidas agroambientais e de investimento apoiadas pelo FEADER. Esta medida representa o núcleo operacional da Política Agrícola Comum (PAC) e o maior volume de despesa executada no setor, cuja implementação é assegurada maioritariamente pelo IFAP.

- **045 – Pesca**

Dispõe de 84,2M€ (5,0% da despesa total), financiados por recursos nacionais (40,7M€) e por fundos europeus (43,5M€), no âmbito do FEAMP/FEMPA. Esta medida visa a modernização da frota, a sustentabilidade das pescas e a valorização da economia azul, sendo executada essencialmente pelo IFAP e pela DGRM.

- **057 – Transportes Marítimos e Fluviais**

Apresenta uma dotação de 5,70M€, equivalente a 0,3% da despesa total consolidada. O financiamento provém de receitas próprias, refletindo a natureza operacional e autossustentável das atividades desenvolvidas. Esta medida visa garantir o funcionamento eficiente e seguro das infraestruturas portuárias e de pesca, bem como o reforço da segurança marítima e costeira, sendo executada pela DGRM.

- **064 – Relações Gerais do Trabalho**

Dispõe de 1,2M€, correspondendo a 0,1% da despesa total. É integralmente financiada por transferências nacionais e cobre encargos administrativos e funcionais de suporte ao Ministério da Agricultura e Mar. Esta medida assegura a gestão de recursos humanos e financeiros e o apoio técnico à execução das políticas públicas setoriais, constituindo um instrumento de suporte administrativo essencial à boa execução orçamental.

- **085 – Florestas**

Totaliza 34,7M€, equivalente a 2,1% da despesa total da Missão. O financiamento é maioritariamente proveniente de receitas de impostos (16,8M€), receitas próprias (10,5M€) e fundos europeus sem FSE (5,6M€). Esta medida promove a gestão florestal sustentável, o ordenamento do território, a prevenção de incêndios e a valorização económica dos recursos florestais, em linha com o Plano de Intervenção para a Floresta 2025–2050. A execução é assegurada pelo ICNF, I.P.

- **101 – Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais**

Dispõe de uma dotação de 90,3M€, equivalente a 5,4% da despesa total. O financiamento é misto, com 24,8M€ de receitas de impostos, 16,5M€ de receitas próprias, 42,9M€ de transferências e 6,0M€ de fundos europeus. Esta medida assume particular relevância no reforço da resiliência do território e prevenção de incêndios rurais, através da implementação de faixas de gestão de combustível, apoio a sapadores florestais e transformação da paisagem em territórios vulneráveis. É executada

principalmente pelo ICNF, em articulação com as estruturas de proteção civil e autarquias locais.

- **102 – Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**
  Apresenta uma dotação de 208,7M€, o que corresponde a 12,4% da despesa total consolidada.
  O financiamento é quase exclusivamente europeu, com 203,9M€ provenientes de fundos europeus sem FSE e 3,9M€ de transferências nacionais. Esta medida reflete o compromisso com a modernização e a transição verde e digital do setor agrícola, florestal e marítimo, financiando projetos estruturantes como o parque fotovoltaico de Alqueva, o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, os estudos para o potencial energético offshore e a Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30. A execução envolve várias entidades, designadamente a EDIA, INIAV, IPMA e ICNF.

OE 2026 - Despesa total consolidada por agrupamento – comparação com OE 2025
(Milhões de euros)

AGRUPAMENTO	DESPESA PÚBLICA		FINANCIAMENTO NACIONAL		VARIAÇÃO				ESTRUTURA (%)	
					DESPESA PÚBLICA		FIN. NACIONAL		2026	
	2025	2026	2025	2026	VALOR	%	VALOR	%	DP	FN
P020 - AGRICULTURA E MAR	**2 094,3**	**1 687,4**	**915,4**	**909,8**	**- 406,9**	**- 19,4**	**- 5,6**	**- 0,6**	**100,0**	**100,0**
DESPESA CORRENTE	**1 381,4**	**1 213,5**	**720,0**	**779,0**	**- 167,9**	**- 12,2**	**59,0**	**8,2**	**71,9**	**85,6**
01 - DESP. PESSOAL	218,4	221,8	207,9	213,8	3,4	1,6	5,9	2,9	13,1	23,5
02 - AQ. BENS E SERVIÇOS	245,4	208,8	157,3	147,8	- 36,6	- 14,9	- 9,5	- 6,0	12,4	16,3
03 - JUROS E O. ENCARGOS	10,3	13,3	10,3	13,3	3,0	28,8	3,0	28,8	0,8	1,5
04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	713,6	548,0	184,8	204,9	- 165,6	- 23,2	20,1	10,9	32,5	22,5
05 - SUBSÍDIOS	86,2	69,8	52,2	58,1	- 16,4	- 19,1	5,9	11,3	4,1	6,4
06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107,5	151,8	107,5	141,1	44,3	41,2	33,6	31,3	9,0	15,5
DESPESA DE CAPITAL	**712,9**	**473,8**	**195,4**	**130,7**	**- 239,1**	**- 33,5**	**- 64,7**	**- 33,1**	**28,1**	**14,4**
07 - AQ. BENS CAPITAL	269,6	213,1	96,5	60,3	- 56,5	- 21,0	- 36,2	- 37,5	12,6	6,6
08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	436,4	253,9	92,0	63,6	- 182,5	- 41,8	- 28,4	- 30,9	15,0	7,0
09 - ATIVOS FINANCEIROS	0,2	0,1	0,2	0,1	- 0,1	- 49,5	- 0,1	- 49,5	0,0	0,0
10 - PASSIVOS FINANCEIROS	6,7	6,7	6,7	6,7	0,0	0,6	0,0	0,6	0,4	0,7
11 - OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL										

FONTE: DGO

O orçamento aprovado 2025 aqui considerado não traduz o orçamento aprovado pela AR em 2024. Resulta da restruturação do Ministério, onde foram inseridos 3 novos serviços, DGPM, EMEPC e GAMA.

A despesa corrente reduz-se 12,2% (-167,9M€), representando, contudo, 71,9% da despesa pública total e 85,6% do financiamento nacional, evidenciando o predomínio das despesas de funcionamento na estrutura global do programa. Destacam-se as reduções nas transferências correntes (-165,6M€; -23,2%), nos subsídios (-16,4M€; -19,1%) e na aquisição de bens e serviços (-36,6M€; -14,9%), parcialmente compensadas pelo aumento nas outras despesas correntes (+44,3M€; +41,2%) e pela subida das despesas com pessoal (+3,4M€; +1,6%).

No domínio da despesa de capital, o recuo verifica-se quer na aquisição de bens de capital (-56,5M€; -21,0%), quer nas transferências de capital (-182,5M€; -41,8%).

Em termos estruturais, a despesa pública mantém-se fortemente concentrada em despesa corrente, em detrimento da despesa de capital, reforçando a orientação para a continuidade das políticas e compromissos de funcionamento, num contexto de menor disponibilidade de fundos comunitários.

A redução é aparente e não cria nenhum constrangimento ao apoio aos agricultores, produtores florestais e pescadores nem ao funcionamento do Ministério em 2026.

A evolução reflete as reduções observadas em Fundos Europeus e Receitas Próprias antes referidas. Estas resultam quer de sobre-orçamentação no OE de 2025, que não se refletirá em execução real, quer de uma

orçamentação de Recursos Próprios mais rigorosa e de uma orçamentação de Fundos Europeus em 2026 que ficará aquém da execução.

Estas alterações traduzem-se sobretudo nas variações das transferências correntes e de capital.

É de sublinhar que o orçamento do IFAP será acrescido na contrapartida nacional do PEPAC através das disposições previstas na Lei do OE 2026, dotação centralizada e Fundo Ambiental, que permitirão alavancar o respetivo valor de Fundos Europeus.

Em síntese, a execução orçamental de 2026 permitirá dotar o Ministério da Agricultura e Mar dos recursos necessários para cumprir a sua missão de planeamento, gestão e execução de políticas, de regulação, de garante da segurança alimentar, do regadio, e, sobretudo, executar os programas de investimento e de sustentabilidade.

Observações

Em 2026, a despesa total consolidada do conjunto dos Programas Orçamentais da Administração Central ascende a 245.121,6M€, sendo a despesa efetiva de 104.249M€. No âmbito deste universo, a despesa associada ao PRR representa 7.664,7 M€, dos quais 6.498 M€ correspondem a despesa efetiva, refletindo o peso crescente do investimento cofinanciado por fundos europeus na execução das políticas públicas nacionais.

O Programa "Agricultura e Mar", com uma dotação global de 1.687,4M€, representa 0,7% da despesa consolidada total da Administração Central e 3% do investimento total do PRR, correspondendo a 208,7 M€ inscritos neste instrumento de recuperação económica.

O programa distingue-se pelo carácter estruturante e transversal das suas intervenções, abrangendo as dimensões económica, ambiental e territorial, com forte impacto na coesão e sustentabilidade do território nacional.

A dotação do PRR do Ministério da Agricultura e Mar confirma o reconhecimento da importância estratégica do setor agroalimentar e dos recursos naturais no processo de transição verde e digital. As intervenções financiadas visam sobretudo o reforço das infraestruturas de regadio, a eficiência hídrica, a inovação tecnológica e a valorização das cadeias produtivas agrícolas e florestais, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais de sustentabilidade e competitividade no contexto do PRR.

OE 2026 - Despesa total consolidada por cada Programa Orçamental
(Milhões de euros)

Programas	2026 Orçamento	PRR
ÓRGÃOS DE SOBERANIA	7 271,8	1,3
GOVERNAÇÃO	748,6	49,8
REPRESENTAÇÃO EXTERNA	485,4	7,0
FINANÇAS	34 135,7	2 394,4
GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	173 377,0	0,0
ECONOMIA	4 559,5	2 425,3
COESÃO TERRITORIAL	1 033,4	328,8
REFORMA DO ESTADO	140,1	93,0
DEFESA	3 771,9	37,9
INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO	8 689,8	1 398,7
JUSTIÇA	2 024,9	66,0
SEGURANÇA INTERNA	3 162,7	88,7
EDUCAÇÃO	7 543,1	176,7
ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO	3 925,0	425,5
SAÚDE	17 300,2	549,3
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	29 278,6	203,2
AMBIENTE E ENERGIA	2 493,1	823,2
CULTURA	638,1	216,2
JUVENTUDE E DESPORTO	155,5	3,9
AGRICULTURA E MAR	1 687,4	208,7
Subtotal despesa consolidada dos Programas (1)	**302 421,8**	**9 497,7**
Fluxos para outros Programas Orçamentais (2)	59 134,1	1 832,9
Despesa total consolidada da Administração Central (3)=(1)-(2)	**243 287,7**	**7 664,7**
Por memória:		
Dotações centralizadas MF (4)	1 833,9	0,0
Despesa total consolidada da Administração Central - Mapa 1 (5)=(3)+(4)	**245 121,6**	**7 664,7**
Despesa de ativos e passivos financeiros consolidados (6)	140 873,1	1 170,6
Diferenças de consolidação (despesa efetiva) (7)	0,5	3,9
Despesa efetiva consolidada da Administração Central - Quadro 4.2 (conta AC) (8)=(5)-(6)+(7)	**104 249,0**	**6 498,0**

Notas:
Não inclui os valores da dotação provisional e das dotações centralizadas no Ministério das Finanças, nem as diferenças de consolidação.
A despesa total inclui ativos e passivos financeiros
Fonte: Ministério das Finanças.

Anexos

OE 2026 – PDR2020 - P020 Agricultura e Mar (valores não consolidados)
(milhões de euros)

SERVIÇO	PROJETO		AGRUP. POR FF	OE 2025	OE 2026	VARIAÇÃO - VALOR PROPOSTO 2026 - DOTAÇÃO INICIAL 2025	
				DOTAÇÃO INICIAL	VALOR PROPOSTO	VALOR	%
PDR2020				**351,6**	**0,5**	**- 351,1**	**- 99,9**
			RI	**57,5**	**0,1**	**- 57,4**	**- 99,8**
			RP	**6,5**	**-**	**- 6,5**	**- 100,0**
			TR AP			**-**	**-**
			FE SEM FSE	**287,6**	**0,4**	**- 287,2**	**- 99,9**
IFAP, I.P.				**344,5**	**0,5**	**- 344,0**	**- 99,9**
	09297	**PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020)**		**341,2**	**0,5**	**- 340,7**	**- 99,9**
			RI	53,5	0,1	- 53,4	- 99,8
			RP	6,5	-	- 6,5	- 100,0
			FE SEM FSE	281,1	0,4	- 280,8	- 99,9
	09560	**ASSISTENCIA TECNICA PDR (2014-2020)**		3,3	-	- 3,3	
			RI	2,5	-	- 2,5	
			FE SEM FSE	0,8	-	- 0,8	
EMPEPACC				7,1	-	- 7,1	
	14066	**ASSISTÊNCIA TÉCNICA PDR 2020**		**7,1**	**-**	**- 7,1**	
			RI	1,5	-	- 1,5	
			FE SEM FSE	5,6	-	- 5,6	
	14173	**FF 311 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PDR 2020**		0,0	-	- 0,0	
			RI	**0,0**	**-**	**- 0,0**	

FONTE: DGO

OE 2026 – PEPAC - P017 Agricultura e Mar (valores não consolidados)
(milhões de euros)

SERVIÇO	PROJETO		AGRUP. POR FF	OE 2025	OE 2026	VARIAÇÃO - VALOR PROPOSTO 2026 - DOTAÇÃO INICIAL 2025	
				DOTAÇÃO INICIAL	VALOR PROPOSTO	VALOR	%
PEPAC				**470,3**	**515,8**	**45,5**	**9,7**
			RI	**94,5**	**155,9**	**61,4**	**64,9**
			RP	**-**	**8,3**		
			TR AP	**4,5**	**4,4**	**- 0,1**	**- 2,0**
			FE SEM FSE	**371,3**	**347,1**	**- 24,1**	**- 6,5**
IFAP, I.P.				**469,8**	**515,1**	**45,3**	**9,6**
	13425	**PEPAC - PLANO ESTRATÉGICO DA PAC (2023-2027)**		**469,8**	**515,1**	**45,3**	**9,6**
			RI	94,4	155,8	61,4	65,0
			RP	-	8,3		
			TR AP	4,5	4,4		
			FE SEM FSE	370,9	346,6	- 24,3	- 6,6
GPP				**0,5**	**0,6**	**0,2**	**35,0**
	14780	**CONSULTADORIA ESPECIALIZADA NO ÂMBITO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA AGRICOLA COMUM (PEPAC)**		**0,5**	**0,6**	**0,2**	**35,0**
			RI	0,1	0,1	- 0,0	- 35,0
			FE SEM FSE	0,4	0,6	0,2	53,6

FONTE: DGO

OE 2026 – MAR2020 - P020 Agricultura e Mar (valores não consolidados)
(milhões de euros)

SERVIÇO	PROJETO		AGRUP. POR FF	OE 2025	OE 2026	VARIAÇÃO - VALOR PROPOSTO 2026 - DOTAÇÃO INICIAL 2025	
				VALOR APROVADO	VALOR PROPOSTO	VALOR	%
MAR2020				**1,1**	**0,4**	**- 0,7**	**- 64,7**
			RI	**0,3**	**0,1**	**- 0,2**	**- 66,7**
			FE (FEAMP)	**0,8**	**0,3**	**- 0,5**	**- 64,0**
IFAP, I.P.				**1,1**	**0,4**	**- 0,7**	**- 64,7**
	09548	**MAR 2020**		**1,1**	**0,4**	**- 0,7**	**- 64,0**
			RI	0,3	0,1	- 0,2	- 64,0
			FE SEM FSE	0,8	0,3	- 0,5	- 64,0
	09874	**ASSISTENCIA TECNICA - MAR 2020**		**0,0**	**-**	**- 0,0**	**-**
			RI	0,0	-	- 0,0	-

FONTE: DGO

OE 2026 – MAR2030 - P020 Agricultura e Mar (valores não consolidados)
(milhões de euros)

SERVIÇO	PROJETO		AGRUP. POR FF	OE 2025	OE 2026	VARIAÇÃO - VALOR PROPOSTO 2026 - DOTAÇÃO INICIAL 2025	
				VALOR APROVADO	VALOR PROPOSTO	VALOR	%
MAR 2030				**31,8**	**46,1**	**14,2**	**44,7**
			RI	**9,8**	**14,2**	**4,3**	**44,0**
			RP	**2,5**	**1,5**	**- 1,0**	**- 41,2**
			FE (FEAMP)	**19,5**	**30,4**	**10,9**	**56,1**
IFAP, I.P.				**28,3**	**43,5**	**15,2**	**53,6**
	14624	**MAR 2030**		**28,3**	**43,5**	**15,2**	**53,6**
			RI	8,7	13,5	4,8	55,2
			RP	2,5	1,5	- 1,0	- 41,2
			FE SEM FSE	17,1	28,5	11,4	66,6
MAR 2030				**2,4**	**2,4**	**- 0,1**	**- 3,0**
	14408	**ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO MAR2030**		**2,4**	**2,4**	**- 0,1**	**- 3,0**
			RI	0,7	0,6	- 0,1	- 15,9
			FE SEM FSE	1,7	1,7	0,0	2,5
	14564	**ASSISTÊNCIA TÉCNICA MAR2030 - PROJETO DE APOIO**		**0,0**	**-**	**- 0,0**	**- 100,0**
			RI	0,0	-	- 0,0	- 100,0
DGRM				**1,1**	**0,2**	**- 0,9**	**- 77,8**
	14873	**CANDIDATURAS AO MAR2030**		**1,1**	**0,2**	**- 0,9**	**- 77,8**
			RI	0,4	0,0	- 0,4	- 92,9
			FE SEM FSE	0,7	0,2	- 0,5	- 69,4

FONTE: DGO

Anexo 1 – REGADIO

"Desenvolvimento do regadio eficiente" – Ponto de situação outubro 2025

Novos Regadios

Designação da candidatura	Distrito	Localização (Concelho)	Área (ha)	Projeto	Fase de Concretização	Montante projeto	Investimento total
Rede de rega da Várzea de Odeleite	Faro	Castro Marim	132		Obra em curso	1 715 446,9 €	1 715 446,9 €
2ª fase da EE dos Álamos	Évora	Portel			Operação concluída	10 030 604,0 €	10 030 604,0 €
Redes de rega, drenagem e viária do AH do Xévora	Portalegre	Campo Maior	1 848		Obra em curso	24 968 080,0 €	24 968 080,0 €
Ampliação do AH Minutos	Évora	Montemor-o-Novo	472		Obra concluída	6 853 006,3 €	6 853 006,3 €
AH Vilar Chão e Parada*	Bragança	Alfândega da Fé	480		Obra em curso	26 879 666,9 €	26 879 666,9 €
AH Freixiel	Bragança	Vila Flor	579		Obra em curso	16 566 958,6 €	16 566 958,6 €
RR do sub-bloco de Vale Pereiro do AH Vale Madeiro	Bragança	Mirandela	33		Operação concluída	15 973,4 €	15 973,4 €
Modernização das Redes de Rega dos Blocos V e VI do AH da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Lisboa	Vila Franca de Xira	2 381	Rede primária e drenagem	Operação concluída	4 332 843,6 €	32 581 139,7 €
				Rede de rega	Operação concluída	28 248 296,1 €	
Redes de rega, de drenagem e viária do AH das Baixas de Óbidos e da Amoreira	Leiria	Óbidos e Bombarral	1 185	Rede de Rega Bloco Óbidos	Obra concluída	7 099 187,3 €	18 505 711,7 €
				Rede de Rega Bloco Amoreira	Obra concluída	4 170 538,1 €	
				EE	Obra concluída	2 634 331,0 €	
				Outros	Obra concluída	4 601 655,4 €	
							138 116 587,4 €

* Projeto iniciado no PDR2020 com integração no PEPAC no Continente

Fase de concretização	Projetos		Montante	
	Nº	%	M€	%
Obra em curso	4	31%	70,1	51%
Obra concluída	5	38%	25,4	18%
Operação concluída	4	31%	42,6	31%
Total	13	100%	138,1	100%

"Desenvolvimento do regadio eficiente" – Ponto de situação outubro 2025

Reabilitação e modernização

Designação da candidatura	Distrito	Localização (Concelho)	Área PDR (ha)	Projeto	Fase de concretização	Montante projeto	Investimento total
Reabilitação das infraestruturas do AH da Várzea do Benaciate, (infraestruturas de captação, adução e elevação)	Faro	Silves	365	Furos 1 e 7	Obra concluída	231 363,3 €	1 583 203,1 €
				7 furos, EE e adução	Obra concluída	1 219 844,6 €	
				Outros	Obra em curso	131 995,3 €	
Reabilitação da rede de rega do AH da Várzea do Benaciate.	Faro	Silves	365		Operação concluída	1 777 196,4 €	1 777 196,4 €
Reabilitação e modernização das infraestruturas da rede de rega do Bloco de Lagoa, do AH de Silves, Lagoa e Portimão	Faro	Lagoa	1 247		Obra concluída	12 450 636,7 €	12 450 636,7 €
Reabilitação e modernização da rede de rega dos Bloco 2 e 3 de Silves, do AH de Silves, Lagoa e Portimão	Faro	Silves	488		Operação concluída	54 000,0 €	54 000,0 €
Reabilitação de alguns troços do canal condutor geral do AH do Mira	Beja	Odemira	12 000		Operação concluída	785 831,2 €	785 831,2 €
Reabilitação de regadeiras e melhoria de caminhos agrícolas no AH do Mira.	Beja	Odemira	1 700	rede viária	Operação concluída	797 348,6 €	2 173 106,8 €
				regadeiras	Operação concluída	1 375 758,2 €	
Reabilitação do Distribuidor de Vale da Lama, do AH do Alvor.	Faro	Lagos	450		Operação concluída	1 638 387,2 €	1 638 387,2 €
Reabilitação da rede de rega do AH da Vigia	Évora	Redondo	1 575		Obra em curso	3 537 026,1 €	3 537 026,1 €
Reabilitação do AH do Lucefecit	Évora	Alandroal	1 179		Obra em curso	3 351 043,5 €	3 351 043,5 €
Reabilitação do Canal GPM do AH do Vale do Sado.	Setúbal	Alcácer do Sal	2 610		Operação concluída	11 100 624,5 €	11 100 624,5 €
Reabilitação do Canal da Comporta no AH do Vale do Sado.	Setúbal	Alcácer do Sal	2 193		Operação concluída	18 055 030,7 €	18 055 030,7 €
Reabilitação do Canal de Santa Catarina, Distribuidor da Terça, Distribuidor de Vale de Reis e Ponte Caleira de Palma do AH do Vale do Sado	Setúbal	Alcácer do Sal	3 503		Operação concluída	10 178 922,6 €	10 178 922,6 €
Reabilitação do sistema elevatório do AH da Aldeia da Luz	Évora	Mourão	594		Operação concluída	194 046,9 €	194 046,9 €
Reabilitação do troço Monte dos Alhos, do canal condutor geral do AH de Campilhas	Setúbal	Santiago do Cacém	1 050		Operação concluída	339 716,7 €	339 716,7 €
Reabilitação da Regadeira 15, do AH de Campilhas	Beja	Odemira	144		Operação concluída	1 020 905,5 €	1 020 905,5 €

Designação da candidatura	Distrito	Localização (Concelho)	Área PDR (ha)	Projeto	Fase de concretização	Montante projeto	Investimento total
Reabilitação da regadeira 03SD do AH de Campilhas.	Setúbal	Santiago do Cacém	50		Operação concluida	133 561,1 €	133 561,1 €
Reabilitação da Regadeira 28 do AH de Campilhas.	Setúbal	Santiago do Cacém	50		Operação concluida	225 921,9 €	225 921,9 €
Reabilitação da Regadeira 19 do AH de Campilhas	Beja	Odemira	23		Operação concluida	124 800,4 €	124 800,4 €
Reabilitação da Regadeira 10, do AH de Campilhas	Beja	Odemira	20		Cancelado	-	-
Reabilitação da regadeira 16 do AH de Campilhas	Beja	Odemira	12		Operação concluida	104 535,8 €	104 535,8 €
Reabilitação da regadeira 13 do AH de Campilhas	Beja	Odemira	6		Operação concluida	49 952,1 €	49 952,1 €
Reabilitação do Canal de Ligação do Canal de Alvalade e o Canal de Campilhas	Setúbal	Santiago do Cacém	345		Cancelado	-	-
Reabilitação do Canal do AH de Fonte Serne	Setúbal	Santiago do Cacém	408		Operação concluida	255 781,1 €	255 781,1 €
Reabilitação de quatro pontes canal do AH de Alto Sado.	Beja	Ourique	3 683		Cancelado	-	-
Reabilitação de quatro pontes canal localizadas no canal de rega de Alvalade do AH de Alto Sado	Setúbal	Santiago do Cacém	980		Cancelado	-	-
Reabilitação das Pontes Canal da Cabreira, Cotovia, Macorados, Peninhos e Valverde	Beja	Ourique	3 683		Cancelado	-	-
Modernização da Rede de Rega do AH de Sabariz e Cabanelas	Braga	Vila Verde	326	Rede de rega	Obra concluída	3 048 368,9 €	7 312 386,5 €
				EE	Obra concluída	1 266 368,8 €	
				Outros	Obra concluída	2 997 648,8 €	
Modernização da Rede de Rega e Açudes de Derivação do AH da Cela	Leiria	Alcobaça e Nazaré	454	Rede de rega	Obra concluída	4 146 072,4 €	8 620 439,0 €
				EE e açude	Obra concluída	2 840 458,9 €	
				Outros	Obra concluída	1 633 907,7 €	
Realização e modernização do Bloco de Rega do Boco do AH do Vale do Lis	Leiria	Marinha Grande	288	coletor do Boco	Obra concluída	279 950,9 €	5 491 192,4 €
				RR	Obra concluída	3 197 179,4 €	
				EE	Obra concluída	254 985,1 €	
				Outros	Obra concluída	1 759 077,0 €	
Realização e modernização do Bloco de Rega das Salgadas do AH do Vale do Lis	Leiria	Leiria	361	Açude da confluência	Obra concluída	300 000,0 €	8 810 463,3 €
				Rede de rega	Obra em curso	5 754 335,4 €	
				Outros	Obra em curso	2 756 127,9 €	
Reabilitação do AH de Burgães	Aveiro	Vale de Cambra	119		Operação concluida	73 502,9 €	73 502,9 €

Designação da candidatura	Distrito	Localização (Concelho)	Área PDR (ha)	Projeto	Fase de concretização	Montante projeto	Investimento total
Realização e modernização dos Blocos I, II e III do AH da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	Lisboa	Vila Franca de Xira	4 094		Obra concluída	3 517 993,8 €	3 517 993,8 €
Modernização do regadio precário do Pranto I	Coimbra	Soure	700		Obra em curso	21 811 071,2 €	21 811 071,2 €
Reabilitação do AH da Camba	Bragança	Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros	320		Operação concluída	5 630 889,5 €	5 630 889,5 €
Reabilitação do circuito hidráulico da albufeira da barragem de Estevaínha	Bragança	Alfândega da Fé	270		Operação concluída	1 600 112,6 €	1 600 112,6 €
Reabilitação da EE do Salgueiro do AH do Vale da Vilariça	Bragança	Alfândega da Fé			Operação concluída	247 190,7 €	247 190,7 €
Reabilitação da rede primária do Bloco I do AH de Veiga de Chaves	Vila Real	Chaves	970		Cancelado	-	-
							132 249 472,2 €

Fase de concretização	Projetos		Montante	
	Nº	%	M€	%
Obra em curso	6	12%	37,3	28%
Obra concluida	15	31%	39,1	30%
Operação concluída	22	45%	55,8	42%
Cancelado	6	12%	0	0%
Total	49	100%	132,2	100%

Orçamento do Estado